

Pesquisas em Psicologia e Políticas Públicas

Diálogos na pós-graduação

Volume 1

Mariana Prioli Cordeiro
Maria Fernanda Aguilar Lara
Henrique Araujo Aragusuku
Rodolfo Luis Almeida Maia
(Organizadores)

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibido qualquer uso para fins comerciais.

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Pesquisas em psicologia e políticas públicas / organizado por Mariana Prioli Cordeiro... [et al.] . - São Paulo : IPUSP, 2019.

298 p. (Diálogos na Pós-Graduação, v.1)

ISBN: **978-85-86736-92-6**

DOI: **10.11606/9788586736926**

1. Psicologia social 2. Pesquisa científica. 3. Políticas públicas I. Título

HM 251

Apresentação

Maria Fernanda Aguilár Lara
Henrique Araujo Aragusuku
Rodolfo Luis Almeida Maia
Mariana Prioli Cordeiro

No Brasil, as relações entre a Psicologia e as políticas públicas são complexas e multifacetadas, e não existe um único modo de compreendermos essa questão. Ao realizarmos uma breve busca nos bancos de dados acadêmicos, utilizando de forma combinada esses dois descritores, constatamos que há uma vasta literatura em Psicologia que trata sobre a temática das políticas públicas em suas diversas áreas – como na saúde, educação, assistência social, segurança pública, direitos humanos, entre outras. Estes textos foram produzidos a partir de distintas perspectivas analíticas e mobilizam múltiplos repertórios teóricos, conceituais e metodológicos de pesquisa e intervenção. Foram escritos principalmente por psicólogos/as, ainda que, em algumas publicações, constatamos a participação de profissionais de outros campos. Psicólogos/as com diferentes tipos de formação profissional, atuando a partir de distintas localidades e áreas, em um país de tamanho continental, marcado por uma grande diversidade geográfica, institucional e sociocultural.

Poderíamos dizer que para discutirmos as relações entre esses dois “campos” teríamos de nos perguntar: o que é a Psicologia? E o que são políticas públicas? Como se estabelecem as conexões entre ambas? No entanto essas perguntas que, em princípio parecem simples (e até ingênuas), não são nada fáceis de responder. Afinal, as palavras “Psicologia” e “políticas públicas” funcionam como termos guarda-chuvas, que aglutinam uma série de conceitos e sistemas de representação (ontologias, epistemologias e teorias), estando permeadas por contradições, conflitos e polissemias. Isto é, não é possível estabelecer uma única verdade sobre esses termos e seus sentidos. Prova disso é que, em muitos momentos, vemos que os estudos em Psicologia trabalham as políticas públicas a partir de linguagens diferentes, que pouco dialogam entre si.

De forma genérica, a Psicologia pode ser compreendida como um campo disciplinar, institucional e profissional autônomo. Porém, essa definição não dá conta da complexidade de

sua natureza e função enquanto campo do conhecimento. Trata-se de uma área da saúde, da educação, das ciências sociais, das ciências do comportamento? Seu objeto é a mente, a psique, o comportamento, o social, a cultura? Por outro lado, em termos gerais, as políticas públicas podem ser compreendidas como as ações promovidas pelo poder público (Judiciário, Executivo e Legislativo) nas mais diversas áreas de atuação. No entanto, o poder público se manifesta unicamente pela via estatal? As políticas públicas são apenas ações estruturadas e de longo prazo, ou seriam todas as ações (fragmentárias, de curto e médio prazo) promovidas pelo poder público? Como a esfera privada se relaciona com as políticas públicas?

Neste sentido, acreditamos que é de fundamental importância a proposição de diálogos e aproximações entre as várias abordagens que constituem esse campo – compreendendo que existem diferentes formas de conceituação das políticas públicas e de definição dos “objetos” e “objetivos” da Psicologia. Cabe ressaltar que não se trata de estabelecermos uma única verdade sobre o que é um estudo em “Psicologia” sobre “políticas públicas”, mas sim de pensarmos como estes dois campos podem se relacionar a partir de diferentes olhares, espaços, temporalidades e perspectivas.

A proposta de construção desta coletânea surgiu a partir dessas inquietações, recorrentes em diversos espaços de diálogo e reflexão acadêmica. Inquietações que apontam para a necessidade de discutirmos as diferentes abordagens, teorias e metodologias utilizadas em pesquisas sobre o tema. Para alcançar esse objetivo, optamos por focar pesquisas recém realizadas (ou em fase de conclusão) no âmbito dos programas de pós-graduação em Psicologia. Esta escolha foi motivada, fundamentalmente, pela necessidade de dar visibilidade a pesquisas de mestrado e doutorado que trataram a temática das políticas públicas a partir dos referenciais da Psicologia, estabelecendo também pontes de diálogo e aproximações entre distintos aportes.

Notamos que a maioria das pesquisas desenvolvidas no âmbito da pós-graduação ficam restritas aos formatos de teses e dissertações, não sendo publicadas em versões resumidas, como artigos, capítulos e ensaios, que facilitam a circulação e divulgação do conhecimento acadêmico. Em conversas entre estudantes da pós-graduação do IPUSP, são frequentes os relatos sobre as dificuldades que perpassam a publicação de artigos em periódicos científicos, tendo em vista a falta de estrutura profissional (em relação à vida acadêmica) para a elaboração e submissão dos textos, e o longo processo de avaliação e editoração dos periódicos. Por outro lado, os/as estudantes também relatam que sentem a necessidade de publicar suas pesquisas em formato de artigo, tanto para a melhoria de seus currículos quanto pela circulação e compartilhamento dos resultados produzidos ao longo de anos de estudo.

Somado a isto, não podemos deixar de mencionar o momento político que enfrentamos no Brasil no que concerne à pós-graduação. Temos presenciado e sentido as medidas sancionadas pela atual gestão do Governo Federal, que reduzem significativamente o número de bolsas destinadas a pesquisas de pós-graduação. Até setembro de 2019, foram cortadas aproximadamente doze mil bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Concomitantemente, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) informou que não possui orçamento para pagar as mais de oitenta mil bolsas de pesquisa até o final do ano, gerando uma imensa crise administrativa na pasta de Ciência e Tecnologia. Essas medidas, se não revogadas, prejudicam o desenvolvimento imediato e futuro da pesquisa científica no Brasil que, somadas a outras ações do governo, resultarão no desmonte e na privatização das universidades públicas. Assim, as duas maiores agências brasileiras de fomento à pesquisa científica encontram-se ameaçadas por um projeto de governo que ataca a democratização da ensino superior no Brasil.

Foi a partir deste contexto político e institucional, que tem afligido milhares de pesquisadores/as, que pensamos em dar visibilidade às pesquisas científicas desenvolvidas por estudantes de pós-graduação. Portanto, a construção deste livro é, para nós, um ato de resistência, uma forma de ilustrar quantos trabalhos importantes estão sendo desenvolvidos por meio do financiamento público de pesquisa científica – seja através da estrutura que a universidade pública oferece, ou pelo fomento direto proporcionado pelas bolsas de mestrado e doutorado do CNPq e da Capes. Todo esse debate demonstra o quanto as políticas públicas atravessam as pessoas e a vida social em seus mais diversos aspectos e que, dificilmente, conseguimos nos esquivar dessa temática.

Sobre o processo de construção deste livro, inicialmente, fizemos uma chamada aberta a pesquisadores/as que desenvolveram estudos sobre políticas públicas no âmbito de programas de pós-graduação em Psicologia. Recebemos uma grande quantidade de propostas de capítulo, com significativa relevância social e acadêmica, o que acabou fazendo com que fossem necessários dois volumes para a publicação de todos os trabalhos selecionados. O processo de análise, avaliação e revisão dos trabalhos também foi feito de forma coletiva. Convidamos as/os próprios autores/as, assim como outros/as pesquisadores/as, para atuar como pareceristas. Assim, cada texto foi avaliado por dois/duas pareceristas que fizeram comentários e contribuições que ajudaram no aperfeiçoamento dos textos. Entendemos que a avaliação por pares não apenas tornou o processo de elaboração do livro mais colaborativo, mas também contribuiu para melhorar a explicitação do método, a descrição dos resultados e o

amadurecimento das proposições teóricas presentes nos capítulos, favorecendo um processo reflexivo.

O resultado desse processo coletivo resultou em uma coletânea composta por 14 capítulos. No primeiro deles, José Fernando Andrade Costa recorre aos pressupostos da Psicologia Social Crítica para discutir implementação de políticas públicas, enfocando a relação entre atores estatais e não estatais na provisão de serviços públicos. O debate em torno da relação estado-sociedade civil segue sendo tema do capítulo seguinte, de autoria de Maria Fernanda Aguilar Lara e Mariana Prioli Cordeiro. Mas, nele, o foco recai sobre como essa relação foi se constituindo ao longo da história da Assistência Social no Brasil.

Já no capítulo 3, de autoria de Izabela Penha Silva e Renata Fabiana Pegoraro, é o presente da política de Assistência Social que está em debate. Mais especificamente, as autoras apresentam os resultados de uma pesquisa que buscou investigar como um grupo de mulheres idosas compreendem e avaliam as ações do Centro de Referência de Assistência Social do qual são usuárias. No capítulo seguinte, Liandra Savanhago, Camila Trindade, Tielly Rosado Maders e Maria Chalfin Coutinho articulam reflexões sobre as trajetórias de vida de um jovem em cumprimento de medida socioeducativa com a discussão em torno das práticas psi em serviços de assistência social. No capítulo 5, de autoria de Beatriz Saks Hahne e Adriana Marcondes Machado, a discussão dessa medida ganha outros contornos. Nele, o foco recai sobre as memórias e narrativas de adolescentes que cumprem ou cumpriram recentemente medida socioeducativa.

Ainda sobre a política de assistência social, de autoria de Andrielly Darcanchy de Toledo e Mariana Prioli Cordeiro, o capítulo 6 debate a implementação do Programa de Apadrinhamento Afetivo no município de Osasco-SP, através do relato de experiência de trabalho com Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA). E no capítulo 7, Mariana Belluzzi Ferreira e Carolina Esmanhoto Bertol levantam reflexões sobre as políticas públicas destinadas à garantia de direitos de adolescentes no âmbito da assistência social, discutindo o discurso “menorista” que perpassa a história desta política no Brasil.

Nos capítulos seguintes, a discussão sobre políticas públicas ganha outros rumos, com o enfoque na temática da educação, em diálogo com outras políticas públicas. No capítulo 8, Denise Zakabi e Maria Luisa Sandoval Schmidt abordam as contribuições da Psicologia para o estudo das ruralidades e das políticas públicas relacionadas ao campo. Para isto, as autoras analisam as experiências de jovens que frequentam a escola Nazaré Flor, localizada em um assentamento rural na planície litorânea oeste do Ceará. Já no capítulo 9, de autoria de Patrícia

Peixoto Zapletal e Adriana Marcondes Machado, o Programa Mais Educação – promovido pelo Governo Federal de 2007 a 2016 – se torna o centro do debate. Utilizando a noção de governamentalidade, oriunda dos escritos foucaultianos, as autoras problematizam a formulação e a implementação deste programa governamental.

No capítulo 10, Omar Calazans Nogueira Pereira e Marcelo Afonso Ribeiro discutem como a Orientação Profissional, enquanto campo teórico-metodológico da Psicologia, se insere nas políticas públicas de educação a partir da análise do Programa de Escola Integral (PEI) do Governo do Estado de São Paulo.

Os dois próximos capítulos discutem a temática da Psicologia e políticas públicas em diálogo com a educação e a saúde. O capítulo 11 – de autoria de Andreia Maria de Lima Assunção, Adriana Marcondes Machado e Daniela Barros da Silva Freire Andrade - apresenta uma pesquisa realizada na ala pediátrica de um hospital público da cidade de Cuiabá, levantando questões sobre como considerar as vivências das crianças nas políticas de saúde. Já no capítulo 12, Mariana Fagundes de Almeida Rivera, Tatiana Alves Romão, Ana Carolina Martins de Souza Felipe Valentim, Fernanda Lyrio Heinzelmann, Kate Delfini Santos, Paula Rosana Cavalcante e Ianni Regia Scarcelli, apresentam as pesquisas de mestrado e doutorado desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social (LAPSO) do IPUSP.

No capítulo seguinte, a política de saúde é debatida em conjunto à temática do Trabalho. Heloísa Aparecida de Souza, Johanna Garrido Pinzón, Marcia Hespanhol Bernardo e Mariana Pereira da Silva apresentam uma síntese dos resultados das discussões e pesquisas realizadas pelo grupo “Trabalho no Contexto Atual: Estudos Críticos em Psicologia Social”, que, desde 2009 tem se dedicado ao estudo dos fenômenos vinculados à saúde de trabalhador. Por fim, no capítulo 14, Paula Sasaki Coelho traz algumas reflexões sobre o papel do Estado diante da indústria da mineração a partir de uma experiência de pesquisa em Conceição do Mato Dentro, no estado de Minas Gerais.

.